

**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 - FMAS**

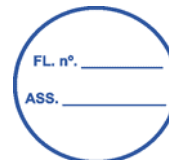
**ITENS EXCLUSIVOS ME/EPP E ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**Contratação exclusiva para as microempresas ou empresas de pequeno porte estabelecidas no âmbito local ou regional (Cláusula 24 do Edital)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 - FMAS		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 01/2026 -FMAS	
DATA DE ABERTURA: 27/03/2026, às 09h30min (horário de Brasília) no sítio <u>www.licitanet.com.br</u>			
OBJETO:			
Fornecimento com entrega imediata e integral de gêneros alimentícios (peixe fresco, arroz branco e coco seco), para distribuição às famílias vulneráveis socialmente, do município de Pedra Mole/SE, em decorrência da Semana Santa.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			INTERVALO MÍNIMO
R\$ 112.500,00 (Cento e doze mil e quinhentos reais).			R\$ 0,01 (Um Centavo)
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
Não	Não	Ordem de Fornecimento	Por Item

<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>Itens Exclusivos para ME/EPP - Local e Regional</b>	<b>Item(ns) Ampla Concorrência</b>	<b>Exige Amostra/Demonstração</b>
Aberto	Sim	Sim	Não

<b>Prazo de envio da proposta/documentos complementares/Documents de Habilitação:</b>
Mínimo de 02 (duas) horas, após a convocação realizada pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação.
<b>Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações:</b>
Em campo próprio da plataforma <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2026 – FMAS**  
**ITENS E COTA EXCLUSIVOS ME/EPP E ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**Contratação com itens e cota exclusivos para as microempresas ou empresas de pequeno porte estabelecidas no âmbito local ou regional (Cláusula 24 do Edital).**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com endereço à Rua João José de Carvalho, SN – Centro – Pedra Mole/SE, CNPJ sob n° 14.662.242/0001-55, através de seu Pregoeiro designado pela **Portaria n° 440/2025**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com a **Lei n° 14.133/2021**, bem como os **Decretos Municipais n° 334/2024 (Regulamenta atuação dos agentes públicos)** e **335/2024 (Regulamenta as regras de condução procedimental das licitações)**, publicadas no **Diário Oficial do Município (DOM) N° 894**, de 21/02/2024; e aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes da **Lei Complementar n° 123/2006** e posteriores alterações e o **Decreto Municipal n° 356/2024 (Regulamenta o tratamento favorecido para ME/EPP – Local/Regional e afins)**, publicado no **DOM n° 914**, de 29/04/2024.

**1. DA PLATAFORMA, DATA HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA E EDITAL**

1.1. A sessão pública será realizada mediante a plataforma de disputa **LICITANET – Licitações Eletrônicas ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br))**, nas seguintes condições:

1.1.1. **PRAZO LIMITE PARA CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS:** até 27/03/2026 às 09h29min

1.1.2. **ABERTURA DA SESSÃO:** 27/03/2026 às 09h30min

1.1.3. **Referência de horário:** Brasília, DF

1.2. **EDITAL:** O edital e demais atos pertencentes ao certame poderão ser obtidos através do site oficial da Prefeitura ([www.pedramole.se.gov.br](http://www.pedramole.se.gov.br)), no link acesso à informação (**Licitações**) e ainda através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou na sala da Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios, situada na Sede da Prefeitura Municipal (Antigo Fórum), localizada na Rua Vereador Elídio Moreira de Siqueira, N° 10, Centro – Pedra Mole/SE – CEP 49.542-000.

**2. DO OBJETO, MODO DE DISPUTA, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

2.1. O presente pregão tem por objeto o **fornecimento com entrega imediata e integral de gêneros alimentícios (peixe fresco, arroz branco e coco seco)** para distribuição às famílias vulneráveis socialmente, do município de Pedra Mole/SE, em decorrência da **Semana Santa**, em conformidade com o **termo de referência (Anexo I)** que é parte integrante deste Edital, independente de quaisquer reproduções.

2.2. **Modo de disputa:** ABERTO.

2.3. **Valor estimado:** R\$ 112.500,00 (Cento e doze mil e quinhentos reais).



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**2.4. Julgamento da proposta:** MENOR PREÇO POR ITEM

**2.5. DA FORMULAÇÃO CONTRATO:**

**2.5.1.** Visto tratar-se de aquisição com entrega integral e imediata em até 05 (dias) dias da solicitação, não será firmado termo de contrato, sendo este substituído pela ordem de fornecimento, conforme art. 95, II, da Lei 14.133/2021.

**3. DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciado na plataforma **LICITANET - Licitações On-line**, no endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**3.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.4.** Aplicam-se nesse edital as disposições constantes nos **artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006**, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços e ao **Decreto Municipal n.º 356/2024, que estabelece critérios de benefício regional para ME/EPP sediadas localmente.**

**3.4.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei n.º 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e **Decreto Federal n.º 8.538/2015.**

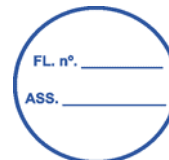
**3.5.** A licitante deve assinalar em campo próprio do sistema a Declaração de ME/EPP e que terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, como microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

**3.6.** A obtenção de benefícios a que se refere **os itens 3.4 e 3.5** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação;**

**3.7.** A licitante que deixar de apresentar as declarações acima não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

**3.8.** A empresa que declarar falsamente enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), para beneficiar-se do tratamento diferenciado, incorrerá em infração penal e estará sujeita às penas previstas na lei de licitações, sem prejuízo das demais penalidades cíveis, criminais e administrativa cabíveis;

**3.9.** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Somente poderão participar deste **pregão eletrônico**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br>.

**4.1.1.** Em cumprimento ao inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei nº 147/2014, os itens **01 e 02** deste edital, será de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, por estar estimado com valor de contratação inferior a R\$ 80.000,00 **exclusivos para contratação para de empresas sediadas local ou regionalmente**, conforme **art. 6.º do Decreto Municipal nº 356/2024**.

**4.1.2.** Em cumprimento ao inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, o item **03** refere-se à **cota principal**, de **ampla concorrência** e o item **04** refere-se à cota reservada de **25%** destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas com **exclusivo para contratação de empresas sediadas local ou regionalmente**, **art. 6.º, §3º do Decreto Municipal nº 356/2024**.

**4.1.3.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

**4.1.4.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

**4.1.5.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

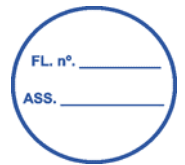
**4.1.6.** As empresas enquadradas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, terão o tratamento diferenciado, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 e posteriores alterações;

**4.1.7.** As licitantes interessadas em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

**4.2.** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos e a não observância destas condições ensejará no sumário **impedimento da proponente**, no referido certame.

**4.3.** Não cabe as licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento das condições deste edital ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **termo de referência**;

**4.3.1.** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

**4.3.2.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos e a licitante é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

**4.3.3.** As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

**4.4. Não poderão participar da presente licitação, sob as penas da lei:**

**4.4.1.** Aquele que não atende às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.4.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.4.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.4.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.4.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.4.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

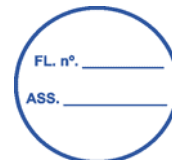
**4.4.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.4.8.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**4.4.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.4.10.** Empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

**4.4.10.1. Ressalva:** É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**4.4.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, bem assim como empresada qual tal agente público seja sócio, dirigente ou responsável técnico, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

**4.4.12.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**4.4.13.** **Para verificação das condições definidas neste item, o Pregoeiro, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;**

**4.4.14.** Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município;

**4.4.15.** Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial;

**4.5.** O impedimento de que trata o **item 4.4.4** será também aplicado as licitantes que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

**4.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.4.2** e **4.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.8.** O disposto nos itens **4.4.2** e **4.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

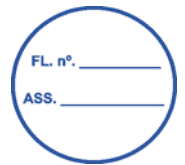
**4.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.10.** A vedação de que trata o **item 4.4.11** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas;





**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**5.1.1.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, as licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

**5.1.2.** Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

**5.1.3. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio do sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo 02 (duas) horas, contados da convocação pelo pregoeiro.**

**5.1.4.** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

**5.1.5.** Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

**5.1.6.** As licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

**5.2.** As propostas cadastradas no Sistema **não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas;

**5.2.1. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será desclassificada pelo pregoeiro;**

**5.3.** A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

**5.4.** A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos e em caso de discordância existente entre as especificações descritas na plataforma de disputa e as especificações constantes do **termo de referência**, prevalecerão às últimas;

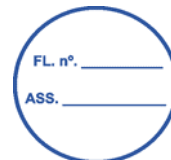
**5.5.** Na Proposta de Preços inserida e/ou cadastrada no sistema, deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

**5.6.** O envio da proposta e dos documentos de habilitação, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

**5.7.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

**5.8.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir sua proposta anteriormente inserida no sistema;

**5.8.1.** O mesmo procedimento poderá ser realizado com os documentos de habilitação, caso esteja prevista a inversão de fases.



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**5.9.** A ordem de classificação entre as propostas apresentadas, somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

**5.10.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão solicitados e disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

**5.11.** A Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**6.1.** O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições, conforme **art. 10, do Decreto Municipal nº 334/2024**:

**6.1.1.** Conduzir e coordenar a sessão pública da licitação, determinar a sua abertura e promover seu adiamento, suspensão ou reativação, quando necessário, conforme decisão da autoridade competente;

**6.1.2.** Receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e eventuais impugnações apresentadas contra o edital e aos seus anexos, facultada a requisição de subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

**6.1.3.** Verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital e desclassificar aquelas que não atendam;

**6.1.4.** Promover o desempate das propostas, quando o sistema eletrônico de licitação não o prever automaticamente;

**6.1.5.** Processar a etapa de lances de acordo com a modalidade de licitação e com o sistema utilizado;

**6.1.6.** Promover o exercício da preferência afeta às microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso;

**6.1.7.** Negociar, quando for o caso, melhores condições com o detentor da melhor proposta;

**6.1.8.** Decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do preço;

**6.1.9.** Verificar e julgar as condições de habilitação;

**6.1.10.** Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

**6.1.11.** Recepcionar os recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar sua decisão, encaminhá-los à autoridade superior;

**6.1.12.** Indicar o vencedor do certame;

**6.1.13.** Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

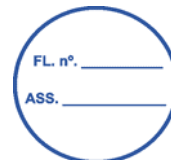
**6.1.14.** Elaborar ata da sessão pública; e

**6.1.15.** Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, para autoridade superior para o encerramento da licitação, nos termos do **art. 71 da Lei nº 14.133/2021**.

**7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:





**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, a **marca**, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, conforme o caso;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

7.3. O licitante **não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto** para contratação.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;

7.7. A proposta deverá ser apresentada conforme modelo disposto no **Anexo II** deste Edital.

**8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens ("chat") entre o pregoeiro e os licitantes.

8.6.1. O Chat de mensagem, a critério do pregoeiro poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.

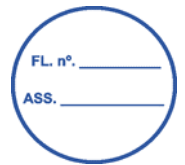
8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.8. A disputa ocorrerá pelo valor **unitário do item**.

8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11. O **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de no mínimo R\$ 0,01 (um centavo)**.

**8.12.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**8.13.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.14.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item **"8.13"**, observando-se o seguinte:

**8.14.1.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.14.1.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **(10) dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.14.1.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.14.1.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**8.14.1.4.** **Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta,** para a definição das demais colocações.

**8.14.1.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

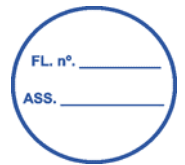
**8.14.2.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, **com lance final e fechado**.

**8.14.2.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **dez minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**8.14.2.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.14.2.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**8.14.2.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.14.2.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.14.3.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**8.14.3.1.** Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item **8.14.3.**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**8.14.3.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.14.3.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.14.3.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**8.14.3.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.14.3.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8.14.4.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.14.5.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.14.6.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.14.7.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.14.8.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.14.9.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**8.14.10.** Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.

**8.14.10.1.** Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme regulamento específico.

**8.14.11.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.14.12.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.14.13.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.14.14.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.14.15.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**8.14.16.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

**8.14.16.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**8.14.16.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**8.14.16.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**8.14.16.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.14.16.5.** Os procedimentos de aferição de desempate previstos nos **subitens 8.14.16.2 e 8.14.61.3** deste edital, claramente, dependem de regulamentação pela subjetividade expressa pela norma, não havendo sistema de registros cadastrais regulamentado no Município que defina objetivamente o método de aferição do desempenho contratual prévio dos licitantes e desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de **trabalho**.

**8.14.16.6.** Diante do exposto no item anterior, no insucesso dos parâmetros dispostos nos **subitens 8.14.16.2 a 8.14.16.4**, o pregoeiro procederá com o **sorteio** como alternativa em caso de persistência de empate, embora não previsto expressamente na Lei 14.133/2021 personifica-se numa solução



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

legalmente possível para desempate de propostas e permitir a continuidade do certame sem os questionamentos decorrentes da utilização indevida dos parâmetros de desempate ainda pendentes de regulamentação. (**Acórdão N° 723/2024 - PLENÁRIO**)

**8.14.17.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**8.14.17.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**8.14.17.2.** empresas brasileiras;

**8.14.17.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**8.14.17.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n° 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.14.18.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.14.19.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**8.14.20.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.14.21.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.14.22.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**8.14.23.** Nos casos em que se verificarem ofertas manifestamente inferiores a uma realidade de mercado, sendo esses valores, passivos de serem declarados **inexequíveis**, o licitante será obrigado a apresentar planilha de custo detalhada que comprove a capacidade de entrega no último valor apresentado, sob pena de decair do direito a adjudicação do objeto licitado.

**8.14.24.** Não serão aceitos preços com a incapacidade de comprovação de exequibilidade, sendo a licitante responsável pelos seus atos, tornando-se passiva das penalidades cabíveis nos casos em que forem constatadas reduções nos preços que impossibilite a Administração de alcançar a aquisição do objeto licitado.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no **Decreto Municipal n° 335/2024**, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital;

### **9.2. Serão desclassificadas as propostas que:**

I - Contiverem vícios insanáveis;





**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;  
III - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;  
IV - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**9.2.1.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;

**9.2.2.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no **inciso IV** do item **9.2**;

**9.2.3.** O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

**9.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**9.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**9.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**9.6.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo mínimo de 02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.6.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

**9.6.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como **marca, modelo, tipo, fabricante e procedência**, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

**9.6.3.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro **examinará a proposta ou lance subsequente**, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

**9.6.4.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade;





**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**9.6.5.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

**9.6.6.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

**9.6.7.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

**9.6.8.** Nos **itens não exclusivos** para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, **haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto**, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n° 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

**9.6.9.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**10. ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Os documentos de habilitação, relacionados no item 11, serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, momento em que será estabelecido um **prazo mínimo de 02 (duas) horas** para sua inserção no sistema.

**10.1.1** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**10.1.1.1** **complementação de informações acerca dos documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**10.1.1.2** **atualização de documentos cuja validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas (art. 64 da lei n° 14.133/2021);

**10.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em **original, por cópia simples ou por cópia autenticada digitalmente**;

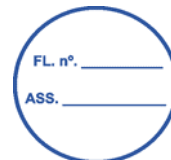
**10.2.1** Nos casos de cópias simples, havendo dúvidas sobre a autenticidade do documento em questão, em sede de diligência, serão solicitadas outras comprovações que garantam a veracidade das informações ali expostas.

**10.3.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n° 2200-2, de 24 de agosto de 2001, **serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.**

**10.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, Lei n° 14.133/2021).

**10.5.** A **prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular**, quando necessária, **podará ser feita perante um agente da Administração**, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

**10.6.** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

10.7. Os atos serão digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

**11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**11.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

11.1.1. **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

11.1.2. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado**, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

11.1.3. **Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis**, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

11.1.4. **Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.5. **Será inabilitada a empresa que apresentar objeto social incompatível com o objeto desta licitação.**

**11.2. DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA**

11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ**;

11.2.2. Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual** ou prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, com seus respectivos prazos de validade em vigor;

11.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de **certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.2.4. Prova de **regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de **certidão emitida pela Secretaria competente do Estado**;

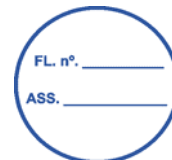
11.2.5. Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de **certidão emitida pela Secretaria competente do Município**.

11.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do **Certificado de Regularidade com o FGTS (CRF)**, emitida pela Caixa Econômica Federal, em vigor;

11.2.7. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **certidão negativa de débitos trabalhista**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR).

11.2.8. Os documentos relacionados nos subitem 11.2.1 a 11.2.7 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico;

11.2.9. **As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**11.2.10.** Quando uma microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada vencedora e haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**11.2.11.** A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Licitações, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**11.2.12.** Serão admitidas em conformidade com o artigo 206 do Código Tributário Nacional, certidões positivas com efeitos negativos.

**11.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**11.3.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da licitante;

**11.4. DA QUALIFICAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**11.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho do fornecimento**, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste certame, através de 1 (um) ou mais ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado, carimbado em papel timbrado do órgão tomador.

**11.4.2 Licença para o funcionamento** da empresa participante, expedida pela **Vigilância Sanitária do Estado ou do Município** onde estiver instalado, em conformidade com o objeto do contrato social ou Ato Constitutivo equivalente e compatível com o objeto desta licitação.

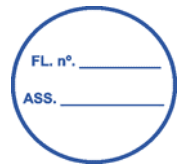
**12.5.** A não regularização da documentação, no prazo previsto em lei implicará decadência do direito à(s) contratação (ões), sem prejuízo das sanções previstas na Lei Nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação.

**12.6. DECLARAÇÕES:**

**12.6.1.** **Declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

**12.6.2.** **Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

**12.6.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento**



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

**12.6.4. Declaração do licitante de observância do limite na licitação para obtenção de benefícios da LC 123/2006**, estando limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**12.6.5. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz**, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**12.6.6. Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**12.6.7.** Havendo disponibilidade no sistema eletrônico de pregão, as declarações acima poderão ser feitas eletronicamente, **devendo o licitante assinalar em campo próprio do sistema**, caso inexistir campo apropriado no sistema, tais declarações deverão ser produzidas por escrito, com data e local de sua realização e assinatura do responsável, e juntadas aos documentos de habilitação, **sob pena de inabilitação**.

**12.6.8.** A declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas em Leis e neste Edital.

**12.7. DA ANÁLISE**

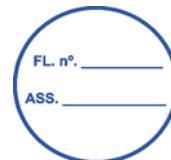
**12.7.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**12.7.1.1.** Para verificação das condições definidas neste item, o Pregoeiro, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);

**12.7.1.2.** no cadastro de municipal de empresas que estejam com suspensas ou com o impedimento do direito de participar de licitação ou contratar com o Município de Pedra Mole/SE;

**12.7.1.3.** por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) podendo ser substituída pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - TCU/Certidões APF (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**12.7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

12.7.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

12.7.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

12.7.2.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.7.3. Para fins de habilitação, não será admitida complementação ou retificação da documentação apresentada, exceto para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o Artigo 43, § 1º, da LC nº 123/06 ou conforme disposição no **item 10.1.1 e seus subitens**.

12.7.4. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

12.7.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**12.7.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.**

12.7.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

12.7.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.7.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

12.7.10. A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

### **13. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, ou assine a proposta final disponível no sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, conforme modelo presente no **Anexo II**.





**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

13.6.1. O prazo aqui definido poderá ser ampliado conforme o caso desde que motivadamente justificado nos autos do processo.

13.7. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

13.8. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.9. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

13.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

13.11. Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/2021);

13.12. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

13.13. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

13.14. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

#### **14. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1. Os atos da Administração decorrentes da aplicação deste Edital cabem:

14.1.1. **RECURSO**, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

14.1.1.1. ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

14.1.1.2. julgamento das propostas; ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

14.1.1.3. anulação ou revogação da licitação; e

14.1.1.4. extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

14.1.2. **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos itens **14.1.1.1** e **14.1.1.3**, serão observadas as seguintes disposições:

14.2.1. Declarado o vencedor a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, do qual será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão, para que qualquer licitante manifeste a





**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

intenção de recorrer em campo próprio do sistema, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no **item 14.1.1** será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.2.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

14.2.3. Recebida as razões, fica os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrazões** em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. O recurso de que trata o **item 14.1.1** será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no **prazo de 3 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

14.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

14.6. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

#### **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

15.1.3. Nos casos de necessidade de verificação dos documentos de habilitação de forma minuciosa;

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

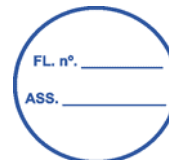
15.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

#### **16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

#### **17. DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Visto tratar-se de aquisição com entrega integral e imediata em até **5 (cinco) dias** da solicitação, não será firmado termo de contrato, sendo este



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

substituído pela ordem de fornecimento, conforme art. 95, II, da Lei 14.133/2021.

**18. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

18.1. A execução do objeto será fiscalizada pelo setor competente, com autoridade para exercer, em nome do Município, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização objeto do contrato.

18.2. Nos termos dos artigos 92 inciso XVIII e art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a Administração designará o servidor público pertencente ao quadro para acompanhar e fiscalizar a execução do mesmo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

**19. DO PAGAMENTO**

19.1. O prazo para pagamento das notas fiscais apresentadas será de 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal, devidamente atestada e acompanhadas das certidões negativas, no protocolo da Secretaria da Fazenda Municipal devendo esta ser apresentada, com o atesto do fiscal do contrato, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de Serviços, com o respectivo termo de recebimento, atestado pelo setor competente da Prefeitura; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão de Débitos Trabalhistas.

19.2. O prazo de 30 (trinta) dias para pagamento das notas fiscais, que se trata o **item 19.1** deste edital, será contado a partir da data da entrega da nota fiscal na Secretaria de Finanças deste Município, sendo a data da liquidação da Nota Fiscal no Sistema de Contabilidade utilizada pelo município, conforme versa a liquidação estabelecida no Art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

19.3. Os documentos de cobrança relacionados acima, deverão ser apresentados nas Secretarias Solicitantes, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores.

19.4. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º § 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964 e art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

19.5. No ato do pagamento, a CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstas em lei, desde que os mesmos sejam incidentes sobre os produtos fornecidos.

19.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

20.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

20.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

20.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.2.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.2.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.2.2.4. deixar de apresentar amostra;

20.2.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.2.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.2.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.2.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.2.6. fraudar a licitação

20.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.2.8. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.2.9. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.2.10. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

20.2.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

20.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, conforme disposto no art. 156 da lei nº 14.133/2021:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.5. Será aplicada a sanção prevista no **inciso I** do **item 20.3** na hipótese de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

20.6. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma:

20.7. De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na entrega ou prestação do serviço, observada a seguinte gradação:

- a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%;
- b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%;
- c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%;
- d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%;
- e) Acima de 20 dias: multa de 30%.

20.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 20.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

20.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 20.2. será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

20.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 20.3 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

20.11. A sanção prevista no inciso III do item 20.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com a **Administração Pública Municipal de Pedra Mole** pelo **prazo máximo de 3 (três) anos**.

20.12. A sanção prevista no inciso IV do item 20.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**;

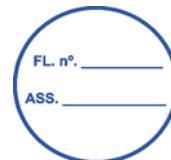
20.13. A sanção estabelecida no inciso IV do item 20.3 será precedida de análise jurídica;

20.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada **(se houver)** ou será cobrada judicialmente.

20.15. A aplicação das sanções previstas no item 20.3 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **21. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES**

21.1. Constatado o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento ou serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação;



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

21.2.A notificação a que se refere o **item anterior** será enviada **preferencialmente** via **correio eletrônico** (e-mail) ou mediante agência dos correios, com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade e em todos os casos, publicada no Diário Oficial do Município e no portal da transparência do Município.

21.3.Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até **48 (quarenta e oito) horas**, após o recebimento da notificação, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento ou prestação de serviços, encaminhará à Comissão de Processo Administrativo que instaurará processo administrativo para apuração e aplicação de penalidades.

21.4.O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no **item 20.7** deste edital.

21.4.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em Lei;

21.5.Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar **alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data da intimação.

21.6.Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.7.A Administração Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 169, § 3º da Lei nº 14.133/2021;

## **22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.1. As despesas deste Contrato correrão por conta de dotações orçamentárias, constantes do orçamento para o exercício financeiro, conforme abaixo:

**05002 – Fundo Municipal de Assistência Social**

08.244.0006.2070 – Benefícios Eventuais

33903200 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

15000000 – FR

## **23. IMPUGNAÇÃO E/OU ESCLARECIMENTOS**

23.1.Qualquer pessoa é parte legítima para im, pugnar este Edital por irregularidade na aplicação da **Lei** ou para solcitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

23.2.A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.3.A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, mediante inserção em campo próprio no sistema de disputa: **[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**.

23.4.As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

23.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.4.2. Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, enviadas por meio diverso do descrito no item **23.3** deste edital e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

23.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.6. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, por meio de divulgação no sistema eletrônico e vincularão os participantes e a administração.

23.6.1. **Adendo Modificador** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Adendo Modificador, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido.

23.6.2. **Nota de esclarecimento** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

23.6.3. **Errata** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo implicar ou não na formulação das propostas, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente estabelecido.

23.6.4. **Aviso de Reabertura** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente.

23.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão inseridos nos autos do processo licitatório e divulgados nos sítios eletrônicos [www.pedramole.se.gov.br](http://www.pedramole.se.gov.br) (Portal da Transparência - aba "licitações" e no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), disponíveis para consulta por qualquer interessado, nos prazos e condições previstos no Capítulo II, da Lei 14.133/2021.

**24. DA JUSTIFICATIVA DO CERTAME COM EXCLUSIVIDADE LOCAL/REGIONAL PARA ME/EPP/MEI**

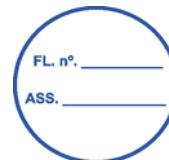
24.1. O município poderá estabelecer a prioridade exclusiva para a contratação de MEs e EPPs, das empresas sediadas em seu território ou na região, de acordo com a discricionariedade do gestor, conforme **art. 6.º do Decreto Municipal nº 356/2024**.

24.2. No entanto, deve haver, pelo menos, três empresas qualificadas como tal na localidade para que haja essa restrição, devendo observar as respectivas definições, consoante se comprova tal condição no ETP.

24.3. Enquanto entende-se como local a área dentro dos limites geográficos do município, a região encontra-se definida no **art. 1º, §2º, inc. II do Decreto Municipal nº 356/2024**.

24.4. A aplicação da margem de preferência para essas empresas justifica-se em função da busca de, ao menos, um dos seguintes objetivos:





**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

- I. Promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;
- II. Ampliação da eficiência das políticas públicas;
- III. Incentivo à inovação.

**24.4.1.** Além disso, a aplicação só poderá ocorrer quando forem preenchidas, cumulativamente, as condições de que o benefício esteja expressamente previsto no EDITAL, como é o caso;

**24.4.2.** A ME ou EPP tenha efetivamente participado da licitação e ofertado preço que, apesar de superior ao menor ofertado, esteja dentro da margem de preferência;

**24.4.3.** trate-se de licitação diferenciada (valor até R\$ 80.000,00 por item ou cota de 25% do objeto contratado) e o preço seja compatível com a realidade do mercado.

**24.4.4.** O artigo nº 47 da Lei Complementar nº 123/2006 estabelece que nas contratações públicas deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as MEs e EPPs.

**24.4.4.1.** Os objetivos são a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

#### **25. DOS ÂMBITOS LOCAL E REGIONAL**

**25.1.** Fundamentado no § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no **Decreto Municipal n.º 356/2024**, fica estabelecida a preferência exclusiva para contratação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Pedra Mole/SE, ou na região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido.

**25.2.** A prioridade precedente será para as empresas ME/EPP **sediadas no município de Pedra Mole/SE.**

**25.3.** Não havendo empresa ME/EPP sediada no município de Pedra Mole/SE, ou o valor destas estarem acima do limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, a prioridade será das empresas localizadas nos municípios do âmbito regional.

**25.4. Compreende-se por âmbito regional, os municípios os municípios: Pedra Mole, e demais municípios limítrofes: Simão Dias, Pinhão, Frei Paulo, Macambira.**

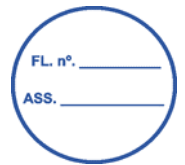
#### **26. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**26.1.** A presente licitação não importará necessariamente em contratação, entretanto a critério da Administração, poderá ser **revogada**, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

**26.2.** A **Administração Municipal** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

**26.3.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**26.4.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

instrumento contratual ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

26.5. É facultado o Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

26.6. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

26.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da **Administração Municipal**, a finalidade e a segurança da contratação;

26.8. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na imprensa Oficial do Município;

26.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;

26.10. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

26.11. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora e a proposta de preços fará parte dos autos da licitação e será solicitado em tempo oportuno, mediante convocação pelo pregoeiro no sistema, sendo concedido **o prazo mínimo de 02 (duas) horas** para sua inserção;

26.12. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

26.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.14. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

26.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.16. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

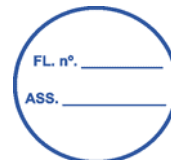
26.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.18. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.19. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

26.20. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

26.21. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente,



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021;  
26.22. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

26.23. As decisões do Pregoeiro serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: [www.pedramole.se.gov.br](http://www.pedramole.se.gov.br).

26.24. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.25. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra no endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), [www.pedramole.se.gov.br](http://www.pedramole.se.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o art. 176, da Lei nº 14.133/2021;.

26.26. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

26.27. Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.

26.28. A publicidade será **diferida**:

I - quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;

II - quanto ao orçamento da Administração, quando o mesmo tiver caráter sigiloso.

26.29. Fazem parte integrante deste edital os anexos, como se nele estivessem transcritos:

26.29.1. ANEXO I - Termo de Referência.

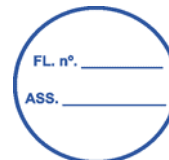
26.29.2. ANEXO II - Modelo de Proposta.

## **27. DO FORO**

27.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frei Paulo/SE, para dirimir questões oriundas desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pedra Mole/SE, 17 de março de 2026.

LEONARDO ANDRADE SOUZA  
**PREGOEIRO**



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

(art. 18, II e art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021)

**Objeto:** Contratação de empresa para o fornecimento com entrega imediata e integral de gêneros alimentícios (peixe fresco, arroz branco e coco seco), para distribuição às famílias vulneráveis socialmente, do município de Pedra Mole/SE, em decorrência da Semana Santa.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE / OBJETIVO**

**1.1** Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, sendo 2.400 (dois mil e quatrocentos) quilos de peixe tipo Tilápia In Natura, 1.200 (mil e duzentos) quilos de arroz branco e 2.400 (dois mil e quatrocentos) unidades de coco seco In Natura, e efetuar a distribuição destes alimentos no **dia 31/03 ou 01/04/2026**, destinados ao atendimento das famílias em vulnerabilidade social deste município.

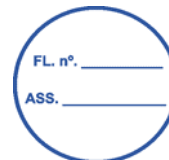
**1.2** Os itens a serem adquiridos têm suas especificações, unidades, quantidades, valores estimados no **item 04.1** deste instrumento. Essa tabela foi elaborada com base nas especificações contidas no estudo técnico preliminar correspondente ao estudo da última contratação realizada no exercício financeiro anterior (2025).

**1.3** A presente tabela foi elaborada com base nas especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) referente à última contratação realizada no exercício financeiro anterior (2025). Ressalta-se que a demanda administrativa permanece inalterada, bem como as condições técnicas e operacionais relacionadas ao objeto da contratação, não havendo modificação quanto à necessidade pública a ser atendida nem quanto à solução anteriormente definida.

**1.4** Dessa forma, considerando que o objeto, as condições de fornecimento e os parâmetros técnicos permanecem os mesmos, entende-se que o Estudo Técnico Preliminar anteriormente elaborado continua plenamente válido e suficiente para fundamentar a presente contratação. A elaboração de um novo ETP, neste caso, mostrar-se-ia redundante, uma vez que não houve alteração do cenário fático, da necessidade administrativa ou das alternativas de solução analisadas.

**1.5** Assim, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e racionalização dos atos administrativos, opta-se pela utilização das informações técnicas já consolidadas no estudo anteriormente realizado, aproveitando-se os elementos já devidamente analisados e registrados, os quais continuam aptos a subsidiar o processo administrativo em questão.

**1.6** O objeto desta licitação é seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal, para a **contratação de empresa para o fornecimento com entrega imediata e integral de gêneros alimentícios tipo Peixes Fresco tipo Tilápia In Natura, Arroz Branco e Coco Seco In Natura, para distribuição às famílias vulneráveis socialmente, do município de Pedra Mole/SE, em decorrência da Semana Santa, conforme Projeto Comida na Mesa: Semana Santa 2026**, observadas as especificações e condições deste termo, parte integrante e indissolúvel do Edital, independentemente de qualquer reprodução.



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**1.7** Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A presente aquisição visa ao atendimento as famílias com vulnerabilidade social deste município, no qual neste período em que se comemora a semana santa e tradicionalmente a população busca consumir o peixe como forma de abstinência de carne não dispõe de condições financeiras para o consumo de tal produto nesta época do ano. Ainda que este município ao longo dos anos vem mantendo esta tradição que não deixa de ser um benefício ou ajuda à comunidade carente. A presente aquisição dos gêneros será destinada a distribuição durante a semana santa às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social da zona urbana e zona rural deste município, visando efetivar o **Projeto Comida na Mesa: Semana Santa 2026**.

**3. DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A contratação se dará com entrega imediata mediante licitação na modalidade "**Pregão Eletrônico**", fundamentado pela Lei 14.133/2021, do Tipo **Menor Preço por item**, sendo o contrato ser substituído por instrumento equivalente, conforme art. 95, II, da mesma Lei.

**3.2.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de entrega integral e imediata.

**4. DAS ESPECIFICAÇÕES, CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, AMOSTRAS E REQUISITOS DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS:**

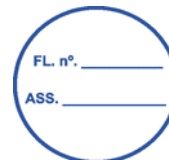
**4.1.** As especificações estão detalhadas conforme tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	UNIT R\$	TOTAL R\$
01	ARROZ BRANCO, subgrupo polido, tipo 1, acondicionado em embalagem primária saco plástico, transparente de 01KG, com respectiva data de fabricação/validade/item e informação nutricional.	KG	1.200	6,63	7.956,00
02	COCO SECO IN NATURA, apresentação inteiro, aplicação em culinária em geral. Características adicionais primeira qualidade com cerca de 400g cada.	UND	2.400	6,27	15.048,00
03	Peixe Fresco Tipo Tilápia IN NATURA, tipo de corte inteiro, com aroma e sabor próprio, com peso de aproximadamente 2,0 Kg - Cota Principal 75%	KG	1.800	37,29	67.122,00
04	Peixe Fresco Tipo Tilápia IN NATURA, tipo de corte inteiro, com aroma e sabor próprio, com peso de aproximadamente 2,0 Kg - Cota Reservada 25%	KG	600	37,29	22.374,00
TOTAL GERAL >>>>>>>>					112.500,00

**4.2. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:**

**4.2.1.** A entrega será feita da seguinte forma:

**4.2.1.1** A Autoridade Competente expedirá Ordem de Fornecimento e encaminhará via correio eletrônico (e-mail) para a Contratada para fornecimento no prazo de até **5 (cinco) dias** após o recebimento da Ordem.



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

4.2.1.2 Os produtos **deverão ser entregues pela contratada entre os dias 31 de março e/ou 1 de abril de 2026**, data foi estabelecida para a entrega dos gêneros alimentícios às famílias cadastradas pela **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social**.

4.2.1.3 Recebidas as Ordens, a Contratada deverá entregar os alimentos acompanhados das respectivas Notas Fiscais.

4.2.1.4 A entrega será feita na sede da **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social, localizado na Rua João José de Carvalho, SN Centro, Pedra Mole/SE** - salvo se outro for indicado na ordem de fornecimento, às **8h00min (oito horas)** no dia **31 de março e/ou 1 de abril de 2026**, ocasião em que será distribuída.

4.2.1.5 Esse horário foi definido em virtude de o peixe ser entregue IN NATURA.

4.2.1.6 Os gêneros devem atender as especificações deste termo e Anexos e estar em condições próprias para o consumo humano;

4.2.1.7 Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação de alimentos com característica do produto, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Ministério da Agricultura/Pecuária e Abastecimento para o item descrito conforme tabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador quando couber (SIM, SIE, SIF).

4.2.1.8 Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações mínimas exigidas a seguir:

4.2.1.8.1 De acordo com a Legislação Brasileira para Rotulagem Geral de Alimentos e Bebidas Embalados - (RDC 259/02 - ANVISA/MS) as informações abaixo são obrigatórias nas embalagens de alimentos, exceto os produtos "in natura":

4.2.1.8.1.1 Denominação de venda do alimento;

4.2.1.8.1.2 Lista de ingredientes (aditivos);

4.2.1.8.1.3 Conteúdos líquidos;

4.2.1.8.1.4 Identificação do lote;

4.2.1.8.1.5 Prazo de validade;

4.2.1.8.1.6 Instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário;

4.2.1.8.1.7 Registro no órgão competente;

4.2.1.8.1.8 Cuidados de conservação;

4.2.1.8.1.9 N° de Registro no órgão competente;

4.2.1.8.1.10 Informação nutricional;

4.2.1.8.1.11 Os produtos alimentícios a base de farinha de trigo, aveia, cevada e centeio devem constar também, a informação: **Contém glúten**.

4.2.1.8.1.12 Os produtos alimentícios a base de leite e laticínios devem constar também, a informação: **Contém lactose**.

4.2.1.9 Na hipótese de constatação do fornecimento do produto em desacordo com as condições estipuladas nos itens e subitens anteriores serão aplicadas as penalidades cabíveis à CONTRATADA, cabendo ainda ao **Município de Pedra Mole/SE**, o direito de mover ação judicial, responsabilizando-a civilmente por eventuais danos ou prejuízos que o fornecimento e uso destes produtos inadequados possam causar a população beneficiada.

4.2.2 Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente em embalagem individual, observando o peso e a forma de apresentação





**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

estabelecido no Item 4 e subitens deste Termo, e deverão estar acompanhados da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

4.2.3 Os produtos IN NATURA deverão ser entregues frescos, com aroma e sabor próprio, com peso de aproximadamente 2,0kg.

4.2.4 Para os produtos não IN NATURA, não serão aceitos produtos com mais de **20% (vinte por cento)** do seu prazo de validade decorrido.

4.2.5 Os alimentos serão recebidos e conferidos por Servidores designados pela Autoridade Competente, conforme **item 06 deste termo**, que atestarão o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.

4.2.6 Depois de atestadas, as Notas Fiscais serão encaminhadas ao setor financeiro para liquidação e pagamento.

4.2.7 O descumprimento de qualquer das regras aqui estabelecidas será motivo para reprovação e devolução do(s) produto(s) no momento do recebimento.

4.2.7.1 Neste caso, a Contratada fica obrigada a substituí-los em no mesmo prazo estabelecido no item **4.2.1.1** deste termo, contados do recebimento da notificação da Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas na Lei 14.133, de 2021.

4.2.8 Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará ao setor financeiro para pagamento.

#### **4.4 DAS AMOSTRAS:**

4.4.1 Não serão solicitadas amostras dos produtos.

#### **4.5 REQUISITOS DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA:**

4.5.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.5.1.1 Valor unitário e total do **item**;

4.5.1.2 Marca;

4.5.1.3 Fabricante;

4.5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

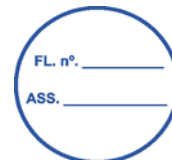
4.5.3 A empresa licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

4.5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

4.5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

4.5.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos externos de fiscalização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.5.10 Será solicitado à licitante melhor classificada o envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada ou assine a proposta final, se disponível no próprio sistema, acompanhada, inclusive do detalhamento de preços unitários de cada item que compõe o kit de alimentos.

**5 DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, ECONÔMICA E TÉCNICA**

**5.1 Registro comercial**, no caso de empresa individual;

**5.2 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor)**, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores;

**5.3 Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**5.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**.

**5.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**5.6 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de **certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**5.7 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de **certidão emitida pela Secretaria competente do Estado**;

**5.8 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de **certidão emitida pela Secretaria competente do Município**.

**5.9 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, mediante apresentação do **Certificado de Regularidade com o FGTS (CRF)**, emitida pela Caixa Econômica Federal, em vigor;

**5.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **certidão negativa**, nos termos do Título



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR).

**5.11 Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**5.12** As proponentes são obrigadas a fornecer **atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica, seja ela de direito público ou privado**. Esses documentos devem comprovar a habilidade da proponente **para executar atividades pertinentes e compatíveis em termos de características, quantidades e prazos, alinhados com o objeto da licitação**.

**5.13 Alvará de Localização e Funcionamento** válido, fornecido pelo Município da sede do licitante.

**5.14** Além disso, as proponentes precisam apresentar uma cópia atualizada do **Alvará de Vigilância Sanitária**. Este requisito é considerado como uma medida mínima de qualidade higiênico-sanitária para a fabricação, produção ou comercialização de gêneros alimentícios.

**5.15** A não regularização da documentação, no prazo previsto em lei implicará decadência do direito à(s) contratação (ões), sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação.

## **6 DA FISCALIZAÇÃO**

**6.1** A Secretária Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social, indicará os responsáveis pela fiscalização, responsável pela fiscalização do fornecimento dos produtos, observando todos os aspectos estipulados (prazo de entrega, local de entrega, observância acerca da qualidade e marca dos produtos contratados).

**6.2** A aceitação estará condicionada à devida fiscalização dos técnicos da SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

**6.2.1** Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias ou que não satisfaçam algum dos requisitos deste Termo de Referência.

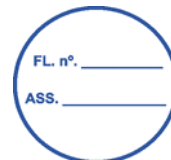
**6.3** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7 DO PAGAMENTO**

**7.1** O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal eletrônica, e encaminhamento da mesma, junto às certidões negativas ao setor de liquidação e pagamento, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos, com o devido atesto de recebimento na forma descrita no **item 4 e subitens e item 6** deste termo.

**7.2** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

**7.3** A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA após o recebimento definitivo dos bens e em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**7.3.1** Indicação do número do **empenho**;

**7.3.2** Indicação do objeto **licitado**;

**7.3.3** Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento, (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;

**7.3.4** Conta bancária, conforme indicado pela CONTRATADA na nota fiscal.

**7.4** Se aplicável, a Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores.

**7.4.1** Cabe à CONTRATADA o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**7.4.2** Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à CONTRATANTE.

**7.4.3** Deverão ser apresentados pela CONTRATADA, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

**7.4.3.1** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

**7.4.3.2** Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;

**7.4.3.3** Certificado de Regularidade do FGTS;

**7.4.3.4** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**7.5** A CONTRATANTE fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que o CONTRATANTE se reserva o direito de efetuar-la ou não nos casos em que for facultativo.

**7.6** Os pagamentos serão efetuados com recursos financeiros: **recursos próprios**.

## **8 DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1** Por se tratar de aquisição com entrega integral e imediata em até 10 (dez) dias da solicitação, **não será firmado termo de contrato**, sendo este substituído pela ordem de fornecimento, conforme art. 95, II, da Lei 14.133.

**8.2** Não é admitida a subcontratação do objeto licitado.

## **9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1** Os produtos deverão ser entregues quando solicitados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL na sede do **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social, localizado na Rua João José de Carvalho, SN Centro, Pedra Mole/SE**, e será conferido pela equipe no ato



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

do recebimento, que informarão à SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL eventuais inconsistências

**9.2** As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente.

**9.3** Todos os gêneros alimentícios deverão ser transportados em caminhão tipo baú específico para esse fim, devendo ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos alimentos.

**9.4** Os gêneros alimentícios deverão ser transportados em caminhão tipo baú, de modo a conservar a qualidade dos alimentos no ato da entrega.

**9.5** Os entregadores deverão estar devidamente identificados com o nome da empresa, uniformizados (camisa, sapato, calça, crachá, boné) com hábitos de higiene satisfatórios (uniforme limpos, higiene pessoal adequada, cabelo protegido com touca e unhas aparadas), conforme boas práticas de fabricação/produção de alimentos possuindo boa conduta e relacionamento no local de entrega.

**9.6** Caso seja detectado alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

**9.7** Demais obrigações em conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

#### **10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste termo de referência;

**10.2** Rejeitar os produtos que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;

**10.3** Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução dos serviços ora licitados;

**10.4** Notificar a contratada, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função execução do fornecimento

**10.5** Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo de Referência.

#### **11 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FONTE DE RECURSOS:**

**11.1** Será utilizada a Dotação Orçamentária, conforme descrito abaixo:

##### **05002 - Fundo Municipal de Assistência Social**

08.244.0006.2070 - Benefícios Eventuais

33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

15000000 - FR

#### **12 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**12.1.1** Dar causa à inexecução parcial do objeto licitado;

**12.1.2** Dar causa à inexecução parcial do objeto licitado que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

- 12.1.3 Dar causa à inexecução total do objeto licitado;
- 12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:**

- 12.2.1 Advertência;
- 12.2.2 Multa;
- 12.2.3 Impedimento de licitar e contratar;
- 12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

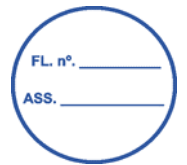
**12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:**

- 12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4** A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.5** A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

**12.6** A sanção prevista no inciso III, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.7** A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no § 4º do art. 156, da Lei 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.8** A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra: quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

**12.9** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do referido artigo.

**12.10** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.11** A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156, da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**§ 2º** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do artigo 158 da Lei 14.133/21;

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**12.12** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.13** O Poderes Executivo deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

**12.14** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital, contrato ou instrumento equivalente.

**12.15** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

**12.16** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

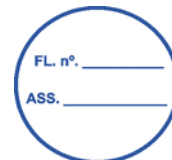
**12.17** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### **13 ITEM DO PCA**

**13.1** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas descritas no ETP.

### **14 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições. Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais



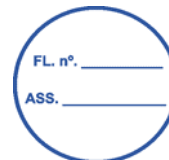
**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras.

Pedra Mole/SE, 13 de março de 2026.

José Mateus Oliveira Silva  
047.\*\*\*.\*\*\*-04  
Chefe de divisão de programas e serviços

Elisangela Alves dos Santos  
993.\*\*\*.\*\*\*-53  
Assistente Social



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**ANEXO II**

**(papel timbrado da proponente)**

MODELO DE PROPOSTA

PROPOSTA DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 - FMAS

O(A) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com domicílio na \_\_\_\_\_, vem apresentar proposta de preços para os fins de participação do **Pregão Eletrônico nº 01/2026**, que tem por objeto a **Contratação de empresa para o fornecimento com entrega imediata e integral de gêneros alimentícios (Peixe Fresco tipo Tilápia, Arroz Branco e Coco Seco)**, para distribuição às famílias vulneráveis socialmente, do município de Pedra Mole/SE, em decorrência da **Semana Santa 2026**, observada as especificações e condições do ANEXO I, e conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QTD	UNIT R\$	TOTAL R\$
01	ARROZ BRANCO, subgrupo polido, tipo 1, acondicionado em embalagem primária saco plástico, transparente de 01KG, com respectiva data de fabricação/validade/item e informação nutricional.		KG	1.200		
02	COCO SECO IN NATURA, apresentação inteiro, aplicação em culinária em geral. Características adicionais primeira qualidade com cerca de 400g cada.		UND	2.400		
03	Peixe Fresco Tipo Tilápia IN NATURA, tipo de corte inteiro, com aroma e sabor próprio, com peso de aproximadamente 2,0 Kg - <b>Cota Principal 75%</b>		KG	1.800		
04	Peixe Fresco Tipo Tilápia IN NATURA, tipo de corte inteiro, com aroma e sabor próprio, com peso de aproximadamente 2,0 Kg - <b>Cota Reservada 25%</b>		KG	600		
	TOTAL GERAL >>>>>>>>					

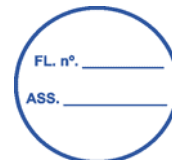
O objeto desta licitação deverá ser entregue de forma única e imediata, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelo setor competente.

A nossa proposta totalizou em R\$ \_\_\_\_\_ (-----  
-----).

Manteremos nossa proposta válida até 60 (dias) dias de sua abertura.

**"Declaramos em caso de sermos vencedores do referido processo licitatório, já estão inclusos todos os tributos, fretes, seguros, e quaisquer outras**

42/43



**Estado de Sergipe**  
**Prefeitura Municipal Pedra Mole**  
**Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios**

**despesas inerentes ao fornecimento, assim como seremos os responsáveis pelos danos causados por nossos empregados ao patrimônio do Município de Pedra Mole/SE.**

Dados pessoais do Representante Legal:

Nome:

RG n°:

CPF n°:

Estado Civil:

Endereço:

Dados Bancários:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Sem mais,

Carimbo e assinatura do Representante